



SECÇÕES

- 1ª Página Destaque
- Nacional Mundo
- Espaço Público
- Sociedade Cultura
- Desporto Economia
- Media Local Lisboa
- Local Porto Local
- Minho Última
- Página Local Centro
- Ficha Técnica

SUPLEMENTOS

- Pública
- Só Texto



PÚBLICA

Os Portugueses Ainda Não Reconhecem Que a Valorização das Pessoas Se Faz Através da Educação

Por EDUARDO MARÇAL GRILO
Domingo, 18 de Abril de 2004

%Teresa de Sousa

P.- O sociólogo Manuel Castells afirmou recentemente que o poder da América estava nas suas universidades. Seria demasiado simplista afirmar que o elo fraco de Portugal está nas suas universidades? Na sua incapacidade para formar as elites de que o país precisa?

R.- Não podemos culpar as universidades. O país tem mais elites do que pensa e menos do que precisa. A imagem que tem de si próprio é muito negativa, por força de variadíssimos factores que não se resumem às televisões e aos media, em geral.

Há muita gente muito qualificada. Nunca houve tanta gente tão qualificada. No início dos anos 70, haveria, no total, mil e tal doutorados. Hoje há mais de 10 mil. O Instituto Superior Técnico tinha vinte e tal pessoas doutoradas quando me doutorei, em 1972. Hoje deve ter 800. Estamos a falar de um mundo universitário completamente diferente.

Onde penso que as coisas podem ter melhorias muito significativas é no enquadramento dessas elites. Hoje, não basta ter gente qualificada, é preciso ter organizações e instituições de acolhimento onde o debate se produza, as ideias nasçam, onde se faça pesquisa, onde se estude. E onde se tenha a capacidade para divulgar o próprio conhecimento...

P.- Mas as universidades não deviam ser também isso mesmo?

R.- Penso que estão a fazer um esforço para o ser. Também fazem muito mais do que nós pensamos. Embora continuem a fazer muito menos do que o país precisaria.

Mas insisto: faltam-nos sobretudo instituições fortes, capazes de competir e de se articular no espaço europeu e nas redes europeias que estão a ser criadas. Há alguns indícios positivos. Há hoje nas universidades portuguesas departamentos de investigação e de reflexão que não devem nada aos parceiros europeus, com as suas relações europeias e transatlânticas já muito bem estabelecidas e estabilizadas. Mas não são só as universidades que têm um trabalho a fazer. A sociedade civil tem muitos contributos a dar. Os grupos empresariais. As associações patronais e sindicais. As fundações. Todas estas

instituições têm responsabilidade na vida cívica e política, que têm o dever de assumir.

P.- Há dois tipos de comparações possíveis. Com o passado, como acabou de fazer, e aí há naturalmente uma grande evolução. Mas também com os países europeus nossos parceiros, com os quais competimos num mesmo espaço que é cada vez mais comum. Aí, as coisas não nos são muito favoráveis.

R.- Aí, de facto, as coisas não estão bem. Temos níveis médios muito baixos. O que não significa que não tenhamos uma série de picos, que são aqueles que nos levam a acreditar que é possível melhorar.

P.- Esses picos têm ainda um peso relativamente limitado em relação ao conjunto?

R.- Têm. Os picos ainda não têm a capacidade para arrastar o todo. E também por uma razão que é muito portuguesa. Não é certamente por acaso que a última palavra dos "Lusíadas" é "inveja". A referência só é importante se a sociedade e as instituições estiverem preparadas para perceber que ela não existe para ser combatida, mas para ser copiada e emulada. Em Portugal tem havido alguma dificuldade em desenvolver este efeito demonstrativo. É difícil fazer uma aposta num determinado projecto e tentar, depois, expandi-lo. Normalmente, ainda a experiência não foi terminada e avaliada e já está a ser expandida, não por uma questão de referência mas de rivalidade. Se se faz aqui, tem de se fazer ali. Sem qualquer lógica. Ou melhor, com a lógica dos estádios de futebol. Tinha de se fazer um em cada região.

P.- Isso também significa esbanjamento de recursos, quando deveria haver concentração?

R.- É um erro grave que se tem expandido em muitos sectores, numa lógica regionalista que não é compatível com a concentração de recursos. É uma forma de espalhar a mediocridade em vez de elevar o país.

Há uma tendência para uniformizar em vez de diversificar e, quando se uniformiza, perde-se qualidade. A diversificação é que permite que se faça diferente e, sobretudo, que se trate diferentemente o que é diferente.

P.- As universidades têm consciência das suas fragilidades? É que basta ler os jornais europeus para constatar que países tão fortes como a França e a Alemanha estão a debater intensamente a perda de competitividade das suas universidades ou a drenagem de cérebros para os EUA. Em Portugal, pelo contrário, não há muitos sinais da mesma inquietação.

R.- Penso que há inquietação e pelas boas razões...

P.- A única inquietação que é transmitida publicamente é quanto à falta de verbas.

R.- Esse tem sido, de facto, o discurso oficial que transparece e que é

também potenciado pelo movimento associativo estudantil.

Não penso que seja por aqui, por esta tentativa de encostar os governos à parede para aumentar o financiamento público, que as universidades públicas podem encontrar o seu caminho. O caminho é outro.

As universidades têm de encontrar o seu próprio financiamento.

E este financiamento tem duas fontes fundamentais, para além dos recursos públicos que têm de continuar a existir. Uma é, obviamente, a da contribuição dos estudantes. Isso é indiscutível, tenha o valor que tiver. A segundo é o "fund raising", que é hoje uma actividade absolutamente fundamental e que tem de ser assumida pelos responsáveis das universidades.

Uma das grandes diferenças entre as universidades europeias e as americanas, é que estas últimas têm uma muito maior capacidade financeira que resulta duma recolha de fundos pelos ex-estudantes, pelas empresas e por todos aqueles que querem contribuir para o enriquecimento do país. Visitei recentemente a Rockefeller University, onde o reitor me dizia que gastava 50 por cento do seu tempo em "fund raising". Tinha uma equipa de 15 pessoas só para esta actividade, que consiste, no fundo, em mostrar à sociedade envolvente que o trabalho feito na universidade é importante e, portanto, que vale a pena investir nele.

P.- Isso é concebível na Europa, para já não falar em Portugal?

R.- Acho que sim, porque nasce de um princípio de necessidade. A Europa não tem, de facto, esta tradição. Mas vamos ter de o fazer por uma razão fundamental: os Estados não têm capacidade financeira para as exigências de hoje em formação de alto nível e em investigação científica. E não se trata, como se tende por vezes a acreditar, de uma questão de prioridades entre submarinos ou investigação. Há obrigações que os Estados têm das quais não podem abdicar, como as de segurança e defesa, por exemplo.

P.- Mas pensa que o problema das nossas universidades é apenas o dos financiamentos.

R.- Não, não é. O seu maior problema é o do seu modelo de governo. É um modelo ultrapassado. Desempenhou o seu papel, muito importante a partir de 1976, quando se pôs ordem nas universidades depois de dois anos de desmando revolucionário. Nessa altura serviu para repor um mínimo de hierarquia e de disciplina no seu funcionamento.

Hoje, este modelo está esgotado. Por várias razões. Uma delas é que, na altura em que foi criado, o país tinha mil e tal doutorados e, por isso, foi possível entregar o poder das universidades, através dos Conselhos Científicos, aos doutorados. Hoje, o que existe é um sistema excessivamente corporativo, que se defende muito, que criou uma lógica de funcionamento em grupo dentro das universidades. Isso é testado permanentemente quando pessoas altamente qualificadas externamente não conseguem nem sequer entrar na carreira

universitária. E o modelo esgotou-se também noutra dimensão, que é a dificuldade que tem em ligar-se ao exterior.

P.- As duas coisas que mencionou são vitais...

R.- São. É preciso alterar o modelo de governo. E é aqui que, de novo, temos muito a aprender com o modelo americano - quer o das universidades públicas, quer o das privadas. Nas universidades americanas, existe um "conselho de curadores" - um "board of trustees", como têm as fundações, por exemplo -, constituído por um conjunto de pessoas que assumem a responsabilidade de traçar o caminho da sua instituição. São, obviamente, pessoas com perfis diferentes, complementares entre si, com uma grande vivência do mundo, com uma grande experiência. Não têm de ser grandes gestores, têm é que ter experiência de vida para poderem assumir o papel de garantes dos objectivos e do caminho.

Este conselho determina quem é o gestor da instituição e é perante ele que os executivos têm de prestar contas. E funciona, também, como uma peça essencial no próprio "fund raising", porque é normalmente constituído por pessoas com reconhecimento público, capazes de encontrar formas de, junto da sociedade civil nacional e estrangeira, encontrar financiadores.

P.- Há dias, num debate organizado pelo Cardeal Patriarca de Lisboa, evocou alguns dados que são, no mínimo, angustiantes...

R.- Evoquei três números que creio que são devastadores. O primeiro, do último censo, é que 60 por cento dos portugueses têm, no máximo, seis anos de escolaridade. O segundo tem a ver com a classe empresarial: 80 por cento dos empresários têm menos de nove anos de escolaridade. E o último, que é o mais devastador, é que 50 por cento da população diz que não quer aprender mais nada.

P.- Podemos encontrar explicações para os dois primeiros na herança do anterior regime. O último é mais preocupante porque significa que as pessoas não vêm a educação como um bem essencial.

R.- É verdade. A América é, talvez, a comunidade social que mais acredita na educação. Porque é uma sociedade em que quem tem mérito, quem sabe, quem conhece e quem faz é quem progride. As pessoas perceberam há muito o valor da educação.

Os portugueses ainda pensam que isto de progredir é sobretudo uma questão de sorte. Não reconhecem que é uma questão de trabalho, de esforço, de estudo, de perseverança. Não reconhecem que a valorização das pessoas se faz pela educação e pela valorização do saber.

P.- É isso que explica, como referiu na mesma altura, que haja 250 mil jovens portugueses no mercado de trabalho sem terem concluído o ensino obrigatório? Isso deve-se a quê?

R.- À combinação de duas coisas. Por um lado, a facilidade com que

se abandona a escola. A decisão de abandonar a escola é muito fácil de tomar, em Portugal. As nossas taxas de abandono escolar são, como se sabe, elevadíssimas e repercutem muito esta forma de olhar com alguma desconfiança para a educação, sem acreditar no seu valor. O outro é o próprio modelo económico, que suga da escola jovens a quem dá trabalho com uma preparação inferior.

Se virmos onde estão as taxas de escolarização mais baixas verificamos que é nas zonas onde o trabalho intensivo e mal remunerado é maior. O sistema económico está a sugar precocemente do sistema educativo rapazes e raparigas a quem oferece um trabalho durante algum tempo. Depois, esta mão-de-obra é descartada mas é já irrecuperável para o mercado de trabalho para o qual o país tende a caminhar.

P.- Qual é a fonte de esperança de que seja possível mudar a situação num espaço de tempo compatível com a velocidade a que se move o mundo actual?

R.- É saber que há pessoas e instituições, e até sectores, que deram a volta. O grande peso é a falta de educação de base das pessoas. A maior fragilidade da sociedade portuguesa é a qualificação das pessoas. Não tenho a mais pequena dúvida sobre isso. É também a mais difícil de ultrapassar. Sobretudo, porque não sei se começamos a estar, de facto, conscientes da importância da educação - a educação dos nossos filhos.

E isto é mais complicado do que parece, por vezes.

No prefácio que Edward Said escreveu para a última edição da sua célebre obra "Orientalismo" há uma frase que é muito importante: "Hoje, em vez de ler no verdadeiro sentido da palavra, os nossos estudantes estão muitas vezes distraídos com o conhecimento fragmentário disponível na Internet e nos media."

Penso que isto é uma verdade incontornável. O tempo gasto com leitura não pode ser transferido para tempo gasto na Internet. A leitura - e isto aplica-se a toda a gente - significa estudar. Estudar é ler. E ler é um acto de grande concentração em que o conhecimento vai sendo sistematizado. A Internet é outra coisa: é adquirir informação. É preciso que essa informação encaixe num quadro de referência. Esse quadro de referência é dado pela leitura, que é a formação de base indispensável.

E deixe-me também lembrar-lhe que a ficção é uma das melhores formas de estudar. Eduardo Lourenço dizia há dias que nos faltavam romances de ficção sobre a vida do Estado Novo para podermos aprender como é que se vivia na altura... ▲

OUTROS TÍTULOS EM PÚBLICA

- Crianças no crime
- Omar Bakri Mohammed, líder do "londonistão" e teórico da Al-Qaeda na Europa

- [Mordechai Vanunu O homem que quebrou o segredo nuclear de Israel](#)
- [Mulheres](#)
- [Os portugueses ainda não reconhecem que a valorização das pessoas se faz através da educação](#)
 - [A paixão da educação](#)
- [Qat, a "droga" do Iémen](#)
 - [Comprar Qat no Reino Unido](#)
- [O jogo da minha vida Veloso Benfica-Olympique de Marselha](#)
- [O Índice](#)
- [O Pólen está no ar...](#)
- [Doenças venéreas As de segunda geração](#)
- [Buldogue Bar](#)
- [Artigo](#)
 - [Mousse vegetariana](#)

CRÓNICAS

- [INSPIRAÇÕES](#)
- [Nós por cá todos bem](#)

publico.pt publiconline última hora desporto guia do lazer bd cinecartaz tvzine
fotójornalismo calvin bartoon tempo serviço público copyright publicidade ficha
técnica

© 2000 PÚBLICO Comunicação Social, SA
Emails: Direcção Editorial - Webmaster - Publicidade